

A ELITE DO ATRASO: UMA REFLEXÃO SOBRE CLASSES SOCIAIS E ASCENSÃO NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Edemar Rivieira de Almeida Filho¹

Aryça de Lima Santos²

Muriel Pinto³

Jonivan de Sá⁴

Resumo:

O presente trabalho consiste no ensaio de um estudo que visa argumentar que a cor da pele, ou seja, a raça, incide na classe social no Brasil. Nesse sentido, o estudo divide-se em duas partes, a primeira é destinada a uma discussão teórica com a obra *A Elite do Atraso - da escravidão à Lava Jato*, de Jessé Souza, onde o autor faz uma releitura da história do Brasil, sobretudo, criticando a teoria racista conservadora - que tem como expoentes Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. A segunda parte do nosso estudo tem a pretensão de complementar a obra de Jessé Souza, com a análise do Censo 2014 e 2018; também analisaremos a pesquisa realizada pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, que tem como objetivo apontar de que maneira ocorre a mobilidade social em 30 países, sendo um deles o Brasil. Por fim, analisaremos a pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, uma das agências das Nações Unidas, onde mostra que seis a cada dez crianças e adolescentes estão na linha da pobreza.

Palavras-chave: Raça, Classe social, escravidão

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

A ELITE DO ATRASO: UMA REFLEXÃO SOBRE CLASSES SOCIAIS E ASCENSÃO NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

¹ Aluno de graduação. edemarfelho2015@gmail.com. Autor principal

² Discente do Curso Ciências Sociais - Ciência Política. aryca.rj@gmail.com. Co-autor

³ Docente. murielpinto@unipampa.edu.br. Orientador

⁴ Professor Substituto na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja Cientista Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) Mestre em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). jonivanmartins@yahoo.com.br. Co-orientador

A ELITE DO ATRASO: UMA REFLEXÃO SOBRE CLASSES SOCIAIS E ASCENSÃO NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste no ensaio de um estudo que visa argumentar que a cor da pele, ou seja, a raça, incide na classe social no Brasil. Nesse sentido, o estudo divide-se em duas partes, a primeira é destinada a uma discussão teórica com a obra *A Elite do Atraso – da escravidão à Lava Jato*, de Jessé Souza, onde o autor faz uma releitura da história do Brasil, sobretudo, criticando a teoria racista conservadora – que tem como expoentes Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. A segunda parte do nosso estudo tem a pretensão de complementar a obra de Jessé Souza, com a análise do Censo 2014 e 2018; também analisaremos a pesquisa realizada pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, que tem como objetivo apontar de que maneira ocorre a mobilidade social em 30 países, sendo um deles o Brasil. Por fim, analisaremos a pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, uma das agências das Nações Unidas, onde mostra que seis a cada dez crianças e adolescentes estão na linha da pobreza.

Portanto, temos como objetivo argumentar que o conceito de pobreza e marginalidade no Brasil precede da cor da pele, sobretudo dos negros, tendo em vista que seus antepassados foram escravizados por séculos, e, ao serem abolidos não foram inseridos na sociedade, consequência de uma elite racista e que busca restringir os capitais a si em detrimento de outros grupos, sobretudo negros e mestiços.

De antemão, introduzimos a incompletude de nossas pesquisas. O que será apresentado neste, será resultado parcial, na medida em que a análise dos dados obtidos junto à OCDE e à Unicef ainda não foi devidamente efetivada. Centraremos nossa exposição na primeira parte de nosso trabalho: uma reinterpretação possível da história brasileira a partir do fenômeno da escravidão.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho tem como metodologia pesquisa bibliográfica e interpretação de análises quantitativas a fim de coletar dados para fundamentar o assunto proposto. Essa análise partirá das a uma investigação do Censo, da Unicef e da OCDE, além de literaturas artigos online e acervo pessoal, que tratam a escravidão e o racismo na Sociedade Brasileira

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Para entendermos a divisão de classes no Brasil no século XXI é necessário saber sua história; mas não a romantizada dos “homens cordiais” e da democracia racial, mas sim a verdadeira história, da efetiva construção institucional a partir de dinâmicas de poder. Para isso, é necessário nos apropriarmos do que foi a escravidão:

No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão, que não existia em Portugal, a não ser de modo muito típico e passageiro. Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão. Mas nossa autointerpretação dominante nos vê como continuidade perfeita de uma sociedade que jamais conheceu a escravidão a não ser de modo muito datado e localizado. Como tamanho efeito de autodesconhecimento foi possível? Não é que os criadores e discípulos do culturalismo racista nunca tenham falado de escravidão. Ao contrário, todos falam. No entanto, dizer o nome não significa compreender o conceito (SOUZA:40).

Antes de nos aprofundarmos efetivamente no conceito da escravidão é necessário abordarmos o contexto em que ela se deu na perspectiva de Jessé Souza. Para isso dividiremos o Brasil em dois momentos: antes de 1808 e pós 1808, ano da chegada da corte portuguesa ao Brasil. Em ambos os períodos a sociedade brasileira foi caracterizada por ser escravocrata. O que diferencia de outros casos possíveis é a soberania do chefe de família, dono de escravos e de terras no primeiro período: ou o patriarcalismo.

Entender as características desse patriarcalismo é importante para compreender, nas palavras de Jessé, a escravidão *peculiar* que se deu no Brasil. A principal característica do patriarcalismo vigente no Brasil pré 1808 era o sadismo baseado na família poligâmica, o soberano patriarcal exercia o sadismo a todos os integrantes de sua família, e também sobre as índias e escravas, onde tinha como justificativa, para Freyre, o aumento da população. Visto que Portugal era um país pequeno colonizando um país com território continental, a justificativa dessa relação sexual acontecer é o que torna a escravidão brasileira peculiar, contudo isso não quer dizer que existia uma igualdade racial na época. Corrobora com esse argumento o fato da segregação dos capitais (econômico, cultural e social) (SOUZA, 2017). Portanto, podemos dizer que no século XVI, começou o estranhamento ao outro no Brasil, e esse outro era negro com fenótipos africanos.

A sociedade brasileira patriarcal era baseada na família e na confiança familiar, onde são designadas tarefas de confiança aos familiares, mesmo que estes sejam agregados, o que justifica mestiços procurando escravos fugitivos. Mestiços que foram gerados em relações de sadomasoquismo e eventualmente apadrinhados pelos seus pais (SOUZA, 2017). Pode-se perceber aqui uma ascensão dos mestiços na sociedade, no entanto, é uma situação ambígua, tendo em vista que o mesmo deveria identificar-se com os valores do opressor (SOUZA, 2017).

O que Gilberto Freyre reconstrói em *Sobrados e Mucambos* é o início do Brasil moderno, ou seja, o Brasil a partir de 1808, que passa a ser o centro do império português e que se abre comercialmente à Europa. *Sobrados e Mucambos* reflete o embate entre a lógica sadomasoquista do mandonismo escravocrata com a entrada, ainda que incipiente, das duas instituições mais importantes das sociedades modernas: o mercado capitalista competitivo e o Estado burocrático centralizado (SOUZA:57).

E ainda:

Por mais incipiente que tenha sido a influência de instituições como o capitalismo comercial e o Estado centralizado, ainda assim, eles criam uma lógica social nova, que tem muito a ver com a que vivemos ainda hoje. Toda a questão do familismo se complexifica enormemente em *Sobrados e Mucambos*, ou seja, na passagem do patriarcalismo rural para o urbano. A decadência do patriarcado rural brasileiro está ligada diretamente à ascendência da cultura cidadina no Brasil. (SOUZA:57)

Juntamente com a Corte portuguesa, veio as mudanças políticas, econômicas e ideológicas, onde passa haver uma oposição entre os valores burgueses e antieuropeus. A causa disso é a inserção do sistema capitalista no Brasil e a consequente urbanização que altera a pirâmide social brasileira, tirando os senhores de escravos de terra do topo e sua soberania (SOUZA, 2017). Esse espírito burguês europeu, individualista de causa exógena, para Jessé é a base do culturalismo racista brasileiro.

Diante do contexto em que a escravidão predominou é necessário que aprofundemos o que ela foi. A escravidão por um tempo foi dada como algo natural e universal, presente em quase todas as sociedades desde a pré-história, utilizando-se de mão de obra, pessoas subordinadas a outras. Geralmente estes eram adquiridas como pagamento de dívidas, fracasso em guerras e que inicialmente, não havia distinção de cor (OLIVIER PÉTRÉ, 2009).

É importante ressaltar que a escravidão não é natural e não pode ser justificada como uma maneira de manter a ordem social. Ela é um conjunto de diversos fatores, diz respeito à hierarquização, à sociedade e às condições em que os senhores e escravos viviam. Portanto a escravidão deriva de condições prévias, podendo ser econômicas, políticas, culturais e sociais (OLIVIER PÉTRÉ, 2009).

Para um indivíduo se tornar escravo é necessário se enquadrar em alguns parâmetros: o de propriedade (no qual o indivíduo não pertence a si mesmo, sendo propriedade de outro, adquirido por meio de compra), de estranheza (no qual o indivíduo passa um processo de exclusão da sociedade em que vive e sofre discriminação do corpo social tornando-o em estranho) e de desumanização (redução do indivíduo a coisa ou animal) (OLIVIER PÉTRÉ, 2009).

Depois da chegada dos navios negreiros na costa brasileira e da distribuição dos escravos por volta do séc. XVI, é válido analisar o que este representava na sociedade brasileira. Depois de vendidos, estes se tornavam propriedades, um ser desapropriado de si, de todas as experiências e conhecimentos adquiridos em sua terra, tratados como coisas, tornando-se dependente de seu senhor. Essa ideia de propriedade tirou a voz do negro, onde este não podiam reivindicar legalmente direitos ou melhores formas de tratamento, interditando então ao escravo qualquer personalidade jurídica e pública (Kátia Mattoso, 2003). Essa visão se permaneceu até o fim da escravidão e depois dela, a visão de inferioridade e de que o negro não seria apto para funções que não seja o trabalho braçal, causou a não inserção desses indivíduos nas instituições, assim os colocaram à margem da sociedade.

Tendo em vista o que foi a escravidão no Brasil e o contexto que a mesma se deu, argumentaremos na perspectiva de Jessé Souza – na perspectiva de que a raça incide na classe social no Brasil. Mas antes devemos abordar o conceito de classe social para Jessé. Classe social, portanto, é o conjunto de capital econômico, social e cultural (SOUZA, 2017). Nesse sentido, quem possuía os três capitais estava acima da pirâmide social, lugar que até a chegada da corte portuguesa ao Brasil era dos senhores de escravos e terras, o que muda a partir de 1808 com a urbanização e os valores europeus, anti-ibéricos.

Tal processo realizou-se como uma grande revolução de cima para baixo, envolvendo todos os estratos sociais, mudando a posição e o prestígio relativo de cada um desses grupos e acrescentando novos elementos de diferenciação. São esses novos valores burgueses e individualistas que irão se tornar o núcleo da ideia de modernidade e de europeidade enquanto princípio ideologicamente hegemônico da sociedade brasileira a partir de então. No estilo de vida, e aí Gilberto Freyre chama atenção para a influência decisiva dos interesses comerciais e industriais do imperialismo inglês, mudaram-se hábitos, a arquitetura das casas, o jeito de vestir, as cores da moda, algumas vezes com o exagero do uso de tecidos grossos e impróprios ao clima tropical. Bebia-se agora cerveja e comia-se pão como um inglês, e tudo que era português ou oriental transformou-se em sinal de mau gosto. O caráter absoluto dessas novas distinções tornou o brasileiro de então presa fácil da esperteza, especialmente francesa no relato de Freyre, de vender gato por lebre (SOUZA:63).

Com isso, há uma alteração na pirâmide social no Brasil, ou seja, os senhores donos de terra e escravos que estavam no topo, sentem-se prejudicados com o “progresso” capitalista, pois não entendiam a lógica industrial. No entanto, os mesmos por ter um capital social, econômico e político, se perpetuam como classe dominante em relação aos escravos, negros e mestiços, ficando subordinados somente ao Estado, que era representado pelo Imperador. Com a vinda da corte portuguesa ao Brasil, a situação dos escravos piorou drasticamente, pois agora, os negros viam seus fenótipos marginalizados em relação aos europeus, e também por serem escravizados por séculos, viam-se sem condições de competir com o “mercado de trabalho” predominado por imigrantes. Para o negro ascender na sociedade deveria se

apropriar dos valores burgueses, ou seja, para haver mobilidade social no Brasil ao negro, o mesmo deveria deixar de ser negro (SOUZA, 2017).

O contraponto de nossa crítica pode ser o argumento de que há no Brasil uma classe média de mestiços e brancos. Antes de generalizar precisamos saber de que maneira isso se deu. Uma das explicações já apontamos aqui, que era a necessidade de ter mão de obra, o que Portugal não tinha, por ser um país pequeno, nesse sentido, se faz necessário que os portugueses façam filhos com escravas. A outra explicação também abordada aqui é a ascensão dos negros e mestiços na sociedade brasileira, tendo em vista que estes deveriam se apropriar dos valores burgueses, ou seja, brancos, e afastar-se de seus valores afros.

E é também esse novo contexto valorativo que pode nos explicar a nova posição do mestiço nele. Foi nas necessidades abertas por um mercado incipiente, em funções manuais e mecânicas rejeitadas pelos brancos, assim como pelas necessidades de um aparelho estatal em desenvolvimento, que mestiços puderam afirmar seu lugar social. Nesse último caso, por se tratar de colocações de alta competitividade, disputando posições com os brancos, é que Freyre fala da “cordialidade” e do sorriso fácil, típico do mulato em ascensão, como a compensar o dado negativo da cor. Essa compensação, ao mesmo tempo que reafirma o racismo, mostra que o empecilho não era absoluto e sim relativo, superável pelo talento individual, ou seja, mostra que havia espaço para formas de reconhecimento social baseadas no desempenho diferencial e não apenas em categorias adscritivas de cor (SOUZA;69-70).

Ao fazer isso, a classe dominante, não só segrega a sociedade, mas também os negros e seus descendentes, pois, ao inserir mulatos no “mercado de trabalho” com valores burgueses, se está marginalizando todos aqueles que não foram inseridos na sociedade por serem negros ou terem seus fenótipos marginalizados, fazendo com que seus descendentes, contaminados pelos valores burgueses os marginalizem também (SOUZA; 2017). O que se faz presente nos dias atuais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ao realizar o presente estudo é possível perceber que as divisões de classes no Brasil se deram antes de mais nada pela raça. Se levarmos em consideração o conceito de classe de Jessé Souza, que contempla o capital econômico, social e cultural percebemos que mesmos nos dias atuais esses capitais estão restringidos a uma determinada classe. Uma das causas disto é o fato de a classe dominante restringir o capital em benefício próprio em detrimento de outros, compartilhando este capital com as demais classes somente quando maximiza seus ganhos. Ao compartilhar mesmo que minimamente o capital cultural com a então classe média, a classe dominante, automaticamente divide a massa brasileira, entre aqueles que tem um pouco de capital, que por sua vez marginalizam a classe inferior (SOUZA, 2017) pois estão contaminados da ideologia dominante. Essa classe inferior, para Jessé, é a “ralé brasileira”, caracterizada por ter o mínimo possível de capital econômico, social e cultural, por isso está em último na pirâmide social (SOUZA, 2017).

A grande questão nos parece ser: a ralé brasileira na qual Jessé se refere, está no último nível da pirâmide social por não possuir tais capitais ou a mesma não possui capitais por ser marginalizada por séculos? Ou seja, como foi constituída a ralé brasileira ao decorrer dos séculos no Brasil e como isso se perpetua até os dias atuais?

Desse modo, a urbanização representou uma piora nas condições de vida dos negros livres e de muitos mestiços pobres das cidades. O nível de vida baixou, a comida ficou pior e a casa também. Seu abandono os fez, então, perigosos, criminosos, maconheiros, capoeiras, etc. Os sobrados senhoris, também nenhuma obra-prima em

termos de condições de moradia, por serem escuros e anti-higiênicos, tornaram-se com o tempo prisões defensivas do perigo da rua, dos moleques, dos capoeiras, etc. Uma lógica de convivência naturalizada com a desigualdade social que também veio para ficar, como sabemos, hoje em dia, na sociedade dos condomínios fechados (SOUZA:61).

O estudo visa responder tais perguntas, através da análise de pesquisas e do Censo 2014 e 2018, com o intuito de materializar o que explanamos até o presente momento, onde buscaremos comprovar, que a cor da pele incide na classe social no Brasil, sobretudo, se levarmos em consideração o conceito de classe social de Jessé Souza.

REFERÊNCIAS

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. Boitempo, 2009.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.